

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE, RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO**

Maria Natália Pereira 10946971

**A VALORIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO SERRA DO CABRAL: a
importância do planejamento participativo**

**São Paulo
2024**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE, RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO**

Maria Natália Pereira 10946971

A VALORIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO SERRA DO CABRAL: a
importância do planejamento participativo

Trabalho produzido para a
disciplina CRP0490 - Trabalho de
Conclusão de Curso.

**São Paulo
2024**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Pereira, Maria Natália
A VALORIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO SERRA DO CABRAL: a importância do planejamento participativo /
Maria Natália Pereira; orientador, Reinaldo Miranda de Sá Teles. - São Paulo, 2024.
49 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Unidade de Conservação. 2. Gestão participativa. 3. Turismo. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Sá Teles, Reinaldo Miranda de . II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Justificativa.....	4
3. A Unidade de Conservação e sua utilização.....	5
3.1 A presença do turismo na Unidade de Conservação.....	9
4. Caracterização da área de estudo.....	12
4.1 Caracterização ambiental da área do entorno.....	13
4.2 Zona de Amortecimento.....	14
4.3 Caracterização do município de Buenópolis.....	16
4.4 Caracterização do município de Joaquim Felício.....	17
4.5 Plano de Manejo Parque Estadual da Serra do Cabral.....	18
5. Instituto Estadual de Florestas.....	24
5.1 Sobrado Riachão.....	28
5.2 Impressões sobre o Parque Estadual Serra do Cabral.....	29
6. Sustentabilidade Participativa.....	33
6.1 A preservação do meio ambiente.....	35
6.2 Turismo sustentável.....	37
6.3 Gestão Participativa.....	39
7. Conclusão.....	40
8. Referências.....	43

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável tem sido objeto de crescente preocupação e debate em todo o mundo, especialmente diante dos desafios ambientais e sociais enfrentados pela sociedade contemporânea. Este conceito, que busca conciliar o progresso econômico com a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social, tornou-se uma prioridade para governos, organizações não governamentais e comunidades em todo o mundo. Nesse contexto, o presente estudo se propõe a analisar a importância da gestão participativa e integrada na promoção do desenvolvimento sustentável, com foco no caso específico do Parque Estadual Serra do Cabral, localizado no estado de Minas Gerais.

A importância da participação da sociedade civil na tomada de decisões relacionadas à gestão do Parque Estadual Serra do Cabral será enfatizada, destacando-se o papel dos Conselhos da Sociedade Civil como instrumentos de participação democrática e controle social. Além disso, serão exploradas as diretrizes propostas por Rejowski (2012) para o desenvolvimento sustentável do turismo, levando-se em consideração os impactos ambientais e sociais dessa atividade no contexto do parque. A análise será embasada em uma revisão da literatura relevante, que aborda aspectos teóricos e práticos relacionados à gestão sustentável de áreas protegidas, bem como experiências anteriores de projetos similares.

Por fim, o estudo buscará propor recomendações práticas para a implementação de uma gestão participativa e integrada no Parque Estadual Serra do Cabral, visando promover a conservação ambiental, o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Ao se utilizar a abordagem aqui apresentada, espera-se contribuir para o avanço do conhecimento e para a construção de soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pela área protegida em questão.

2. Justificativa

O Parque Estadual Serra do Cabral abriga diversas espécies ameaçadas de extinção a nível nacional e regional. A Serra faz parte da Cordilheira do Espinhaço e é um divisor das UTEs (Unidades Territoriais Estratégicas) Rio Curimataí e Guaicuí, além das bacias dos rios das Velhas e Jequitaí, ambos afluentes da margem direita do rio São Francisco. A região conta com uma fauna e flora de valor singular, a exemplo de espécies endêmicas raras, restritas e/ou muito restritas como é o caso da *Actinocephalus cabralensis* (Silveira) Sano e *Syngonanthus* sp., espécies da família das Eriocaulaceae (sempre-vivas) e espécies novas como é o caso da palmeira *Syagrus graminifolia* subsp. *cabralensis* Noblick & Lorenzi, subsp. nov. Além do mais, apresenta incontáveis nascentes, cachoeiras e veredas.

A totalidade de seu espaço exerce papel importante para a situação política, econômica e social de todas as gerações de famílias que dependem ou já dependeram do território em análise. Existe dificuldade em relação à limitação do uso dos recursos já que o fogo, a coleta de espécies da flora nativa, a caça já estão presentes na Zona Intangível¹ do PESC. Portanto, a lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), delega uma zona localizada no entorno da unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Entretanto, pode-se dizer que a zona de amortecimento não cumpre com sua função, mostrando-se deficitária. Durante a elaboração do Plano de Manejo realizaram entrevistas com as comunidades para identificar a visão das mesmas sobre a Unidade de Conservação. Desde o princípio identificaram um sentimento relacionado a falta de comunicação, sobretudo no que tange o território da UC e a sua zona de amortecimento. Os depoimentos da população revelaram que todos os segmentos sociais vêem suas atividades cada vez mais restringidas e limitadas, sem que suas opiniões sejam consideradas nas tomadas de decisões, sobretudo no que se refere à criação do Parque. Essa questão já esteve presente desde o início e

¹ Ecossistema individualizados, tais como os campos rupestres e campinas de areia quartzosas. É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando a mais alto grau de preservação. (Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 -

https://www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes/images/stories/legislacao/decreto_federal_1979

indicavam a necessidade de rever o limite do parque, já que no passado algumas áreas do Parque eram utilizadas pelos moradores das comunidades do entorno e mesmo das sedes municipais, para diversos fins, geralmente o extrativismo da sepreviva e do quartzo. Muitos buscaram melhores condições de vida para suas famílias em centros urbanos próximos, os que ficaram na zona rural se seguram a algumas alternativas viáveis como o desenvolvimento da agricultura e pecuária para subsistência, mas dificilmente conseguem sobreviver. Fato é que os pequenos produtores foram impactados e os grandes fazendeiros viram essa situação como uma boa oportunidade para invadir e aproveitar recursos que antes estavam assegurados pelos antigos moradores.

3. A Unidade de Conservação e sua utilização

Constata-se a necessidade de proteger áreas naturais com características específicas, salvaguardando fauna, flora, rios e mares, elementos que precisam coexistir para haver equilíbrio na natureza. As unidades de conservação são espaços territoriais, com características naturais relevantes, que têm como objetivo a conservação da natureza. Cada uma delas recebe uma classificação diferente de acordo com suas características e objetivos a serem atingidos².

A Lei nº 9.985, de 2000 foi promulgada para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no qual definiu a Unidade de Conservação (UC) como um espaço territorial juntamente com seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público³. A lei em questão é fundamental para iniciar a discussão acerca da problemática deste trabalho: A Unidade de Conservação Serra do Cabral atrelada às questões e dificuldades existentes em seu território.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. As UCs realizam o papel de conservação da natureza por meio do manejo, da preservação, da utilização sustentável, manutenção e recuperação do ambiente natural e social. A SNUC possui diversos objetivos dos quais cito como exemplo I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de

² Ministério do Meio Ambiente. O que são as Unidades de Conservação?. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>>

³ Capítulo I das Disposições Preliminares. Disponíveis em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>

desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica, dentre outros⁴.

A preocupação social e política acerca deste tema trouxe à luz movimentos sociais que começaram a atuar ativamente ao longo da história recente, seja nacionalmente ou internacionalmente, para viabilizar a noção de proteção ao patrimônio natural, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. A Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aconteceu em 1972 e se desenvolveu a partir da fusão de dois movimentos distintos: o primeiro mantém um foco centrado na preservação de locais culturais, o segundo envolve assuntos da conservação da natureza⁵.

É desafiador discutir problemáticas referentes ao território, esse assunto levantou questões das quais diversos países optaram por adentrar. Na Convenção do Patrimônio Mundial eram conhecidos como Estados Partes, aqueles que acordam em identificar e nomear bens no seu território nacional a serem considerados para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Existe uma dificuldade aparente no que tange a discussão sobre territórios. Na Convenção do Patrimônio Mundial, os Estados Partes eram aquelas nações que acordam em identificar e nomear bens no seu território nacional elegíveis à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

O Território, segundo Santos (2002), é o lugar onde a nossa história é passada a partir das manifestações existentes. Cada território é único e podem nos ensinar coisas jamais vistas. O grande problema da atualidade é que os espaços são cada vez mais objetificados de uma forma artificial. Devido às grandes demandas turísticas, os lugares vêm se transformando e apagando todos os processos sociais, culturais e todo o seu significado para acompanhar o mercado dos destinos. Muitas das ações exercidas em um lugar derivam de necessidades alheias, ignorando todas as questões das comunidades locais.

O dinheiro aparece como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos. A partir disso o dinheiro se torna o comandante global. O próprio

⁴ Capítulo II do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/eis/I9985.htm

⁵ UNESCO. A Convenção do Patrimônio Mundial. Disponível em:
<https://whc.unesco.org/en/convention/>

território pode ser um indício das desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro não se dá da mesma forma. As localidades se tornaram a base da vida material, seu uso é regulado pelo Estado e nesses espaços são aplicados diversos recursos para a transformação, onde muitas vezes tornam-se palcos, onde as atividades que geram mais retornos são a prioridade. A dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista é o fio condutor que permite compreender a produção capitalista do espaço (Harvey, 2005).

Cada lugar é um objeto de uma razão global. Com o aumento da produção globalizada, os lugares tendem a se tornar iguais para acompanhar essa padronização gerada a partir da globalização. Os equipamentos que não se assemelham a esse novo padrão, costumam ser destruídos para demandarem uma nova forma. Smith (2019) introduz o conceito de gentrificação como um fenômeno urbano resultante da interação entre mudanças econômicas, sociais e políticas e ainda discute como a globalização influencia os padrões culturais e de consumo, levando à padronização de certos aspectos da vida.

O Parque Estadual Serra do Cabral abriga diversas espécies, além de ser um divisor das UTEs (Unidades Territoriais Estratégicas) Rio Curimataí e Guaicuí, e também as bacias dos rios das Velhas e Jequitaí, ambos afluentes da margem direita do rio São Francisco. A região conta com uma fauna e flora exuberantes, com algumas espécies endêmicas e apresenta incontáveis nascentes, cachoeiras e veredas.

Todo seu espaço exerce papel importante para a situação política, econômica e social das gerações de famílias que dependem ou já dependeram do território em questão. Existe dificuldade sobre a limitação do uso dos recursos pelos habitantes da localização, por isso, delegam uma zona localizada no entorno da unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Entretanto, a zona de amortecimento não funciona da maneira como deveria.

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente (HARVEY, 2004, p.111).

A Serra do Cabral já foi habitada por indígenas que deixaram sua marca em várias cavernas, elevando o espaço a um patrimônio cultural. Apesar de sua grande importância, muitas dificuldades são encontradas referente ao convívio e o bom uso dos recursos naturais disponibilizados. Vale ressaltar que uma vez habitada por indígenas, cujo o convívio era harmônico e pacífico, houve a retirada dos indivíduos presentes para a dominação dos considerados grandes fazendeiros.

3.1 A presença do turismo na Unidade de Conservação

Durante os anos 90, o Estado começou a pensar em políticas públicas que trabalhavam com a produção e reprodução do capital. Toda essa situação refletiu no setor de turismo, já que as intervenções do mesmo trabalham com a prática social e utilizam de um espaço para gerar riquezas (CRUZ, 2006). Diante dessa situação, muitas ações foram desenvolvidas para alavancar o turismo de uma maneira que fosse possível impactar positivamente todos os setores.

Para que um destino turístico possa se tornar nacionalmente ou internacionalmente conhecido, não cabe ao lugar receptor, mas sim aos emissores. Para desenvolver o turismo no território nacional é necessário melhorar as condições básicas de infraestrutura dos espaços, ações que devem ser exercidas pelos poderes públicos. Contudo, as ações de progresso do turismo podem gerar problemas no âmbito social levando a uma grande reflexão do quanto importante é esse avanço, principalmente quando são desenvolvidas em unidades de conservação.

Muitos escritores têm expressado uma profunda perplexidade diante dos impactos adversos do turismo, levando-os a questionar as verdadeiras potencialidades do setor como uma ferramenta para o desenvolvimento e o crescimento econômico, visando maximizar o bem-estar das comunidades locais (Archer & Cooper, 1998).

O turismo se tornou uma atividade apontada como forma de aliviar a pobreza. É claro que não basta iniciar uma atividade de cunho econômico sem pensar e repensar nas ações a serem seguidas. Alguns pontos foram desenvolvidos para que se leve em conta ao aplicar atividades como forma de adquirir lucro. O primeiro passo é entender toda a pobreza existente em um espaço a partir de uma profunda análise. Todo o contexto histórico e espacial interferem na mancha de prosperidade tanto econômica quanto social. Entende-se que “produtos turísticos sustentáveis são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e culturas locais, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários, e não meros expectadores do processo” (Brasil, 2007).

Está clara a necessidade de políticas públicas de turismo. O planejamento é o processo que deve transformar todos os problemas e soluções do turismo perante um determinado espaço. Minimizar o impacto causado por esse setor deve ser a prioridade de todos os envolvidos na administração das políticas públicas. As atividades voltadas ao turismo de natureza tornaram-se prioridades, no qual todos os estudos desenvolvidos devem visar as atividades de visitação, envolvendo educação ambiental, preservação e conservação ambiental, atrelada ao contato com a natureza das Unidades de Conservação. O turismo, como uma alternativa econômica para uma região em que está inserida uma unidade de conservação, pode abrir caminho para seu desenvolvimento regional, uma vez que essas áreas exercem forte atração sobre o público em geral (Schiavettiet, 1997).

Para o Parque Estadual Serra do Cabral, o turismo tem um papel importante, já que o mesmo possibilita a entrada de visitantes em seus espaços e consequentemente a produção de atividades culturais⁶ que são desenvolvidas e disponibilizadas pelos responsáveis do parque. Nas dependências da região, encontram-se roteiros de ecoturismo, turismo cultural e patrimonial, onde em sua maioria a UC está indicada como localidade para realização.

Ao se falar em atrativos turísticos, quer-se abordar locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Esses atrativos podem englobar diferentes categorias como naturais⁷; culturais; atividades econômicas⁸; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas (MTur, 2007). Algumas atividades serão apresentadas para um maior entendimento da dinâmica do Parque Estadual Serra do Cabral.

A trilha Descobrindo o Cabral ocorre na plana da Serra do Cabral, na sub-bacia do córrego Buriti⁹. O percurso é desenvolvido pela margem desse córrego,

⁶ Elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, são capazes de atrair demandas. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo da pré-história à época atual (MTur, 2007).

⁷ Elementos da natureza que atraem fluxos turísticos (MTur, 2007).

⁸ Atividades produtivas capazes de motivar a visitação turística e provocar a utilização de serviços e equipamentos turísticos (MTur, 2007).

⁹Este córrego deságua no Rio Buriti, um conjunto de veredas e cursos d'água que também desaguam no Rio Curimataí.

rodeado pelo bioma cerrado levando até o mirante das Pedras. O mirante consiste em

A Trilha das Marianas se inicia no Centro Cultural em Buenópolis, também sede do PESC. São 22 km de percurso com uma demanda voltada para o turismo de aventura¹⁰, com a contemplação do cerrado, campo rupestre e mata de recarga. A atividade ainda conta com a visita a cachoeira do Riachão, com o poço propício para banho.

No ramo da educação ambiental, o Parque Estadual Serra do Cabral realiza diversas atividades com as escolas da região, discutindo com os alunos assuntos voltados a preservação dos ecossistemas naturais, impactos das queimadas e suas consequências para a natureza (IEF, 2022). Ainda realizam palestras para diferentes idades como por exemplo “Botânica, o Pequi, e o PESC”.

Na sede, existe uma exposição dos estudos arqueológicos que foram realizados na Unidade de Conservação em questão. O espaço conta com a apresentação de pinturas rupestres e suas significações, além de peças com grande significado. O desenvolvimento do plano de manejo e algumas descobertas estão escritas nas paredes da sede. Detalhes sobre os materiais, cristais de quartzo, plaquetas e blocos de quartzito e artefatos estão em exposição. Existem outras ações como a Trilha da Árvores, a vista do Mirante, as Gincanas temáticas e comemorativas, caminhada, cicloturismo, observação da vida silvestre, banhos, contemplação, relaxamento, pesquisa (IEF, 2023).

O Circuito Turístico Serra do Cabral é composto pelas seguintes cidades: Augusto de Lima, Buenópolis, Francisco Dumont, Jequitaí, Joaquim Felício, Lassance e Várzea de Palma. O 2º Fórum de Turismo da Serra do Cabral, fruto da parceria entre Sebrae Minas e o Circuito Turístico Serra do Cabral aconteceu nos dias 22 e 23 de março de 2024. A criação dessa evento veio com o objetivo de apresentar estratégias e ações para impulsionar o turismo na região. Os assuntos abordados estavam ligados ao potencial turístico da região e alternativas para aumentar o fluxo de visitantes (Sebrae, 2024).

¹⁰ Movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (MTur, 2006).

Uma outra particularidade do Parque está ligada a uma atividade de turismo religioso¹¹. A ação consiste em uma procissão religiosa realizada anualmente, onde contam com dezenas de devotos católicos, que visitam uma gruta com imagem de uma santa, localizada no alto da Serra do Cabral, em Buenópolis.

Existe a necessidade de diversificar os atrativos turísticos e também os perfis de visitantes no Parque, atualizando os equipamentos e conteúdos frente às novas tecnologias geradas na Unidade. Além disso, ampliar as atividades educacionais para atender aos novos perfis de visitantes e atrair ainda mais estudantes e escolas da região. Todavia, não basta diversificar os atrativos sem pensar na articulação de benefícios para propriedades rurais e atividades produtivas em troca de compromissos ambientais.

Os Projetos devem ser construídos em conjunto com a população para fortalecer o envolvimento das comunidades do entorno com o Parque, assim existirá um acordo entre todos aqueles que usufruem dos espaços disponíveis.

4. Caracterização da área de estudo

O Parque Estadual da Serra do Cabral (PESC) é uma Unidade de Conservação de proteção integral, criada por Decreto Estadual nº 44.121, em 29 de setembro de 2005 com área de 22.494,1728 hectares, e Perímetro (m) de 150.737,04, está localizada nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício.

A Serra do Cabral é uma das serras que compõem a cadeia do Espinhaço. Localiza-se nos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis, Joaquim Felício, Francisco Dumont, Lassance e Várzea da Palma. Ela abrange uma área aproximada de 250.000 ha, com altitudes variando de 600m a 1.385m.

Em 29 de setembro de 2005, através do Decreto no 44.121, criou-se a Unidade de Conservação de Proteção Integral, Parque Estadual Serra do Cabral. Sua criação se deu com o objetivo de preservar ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de

¹¹ Atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados a religiões institucionalizadas (MTur, 2006).

atividades de educação e interpretação ambiental, de turismo ecológico e de recreação em contato com a natureza¹².

A elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Cabral - PESC, seguiu o Termo de Referência realizado pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF), baseado no Roteiro Metodológico do IBAMA 2002¹³.

4.1 Caracterização ambiental da área do entorno

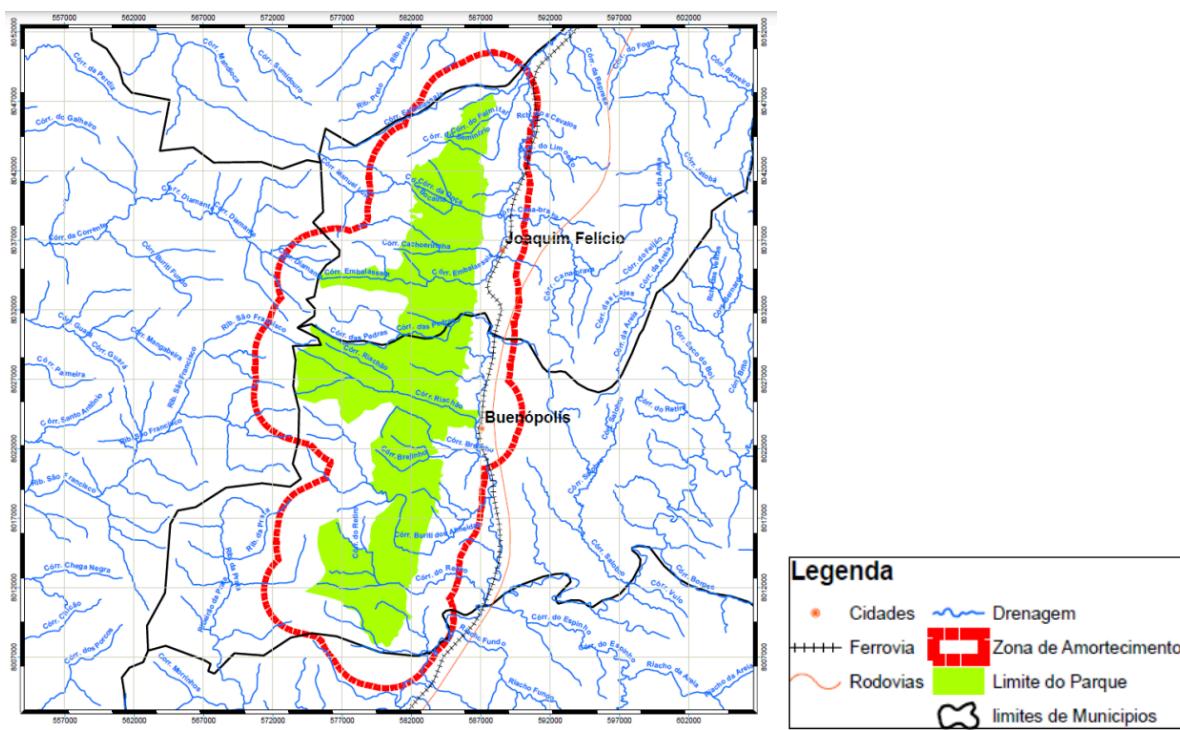
O PESC está inserido no município de Buenópolis, no qual conta com 64% da área e no município de Joaquim Felício, contando com os 36% de área restantes. O parque está inserido no Bioma Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro em termos de extensão, onde compreende 22% do território nacional. É considerado um dos biomas com pouca valorização em termos de conservação. Apenas 0,5% da sua área total está protegida por unidades de conservação de uso restrito e 3,6% protegidos por alguma categoria de unidade de conservação (Abreu et al., 2022).

A região da Serra do Cabral conta com registros pré-históricos contendo diversas pinturas rupestres em suas grutas e lapas. O primeiro povoado da região remonta do século XVIII, se deu início no distrito de Curimataí no qual existem diversos indícios da presença de povos indígenas.

Figura 1: Área de abrangência do PESC (em vermelho a Zona de Amortecimento definida pela CONAMA 428/2010).

¹² IEF. Encarte I - Diagnóstico do Parque Estadual da Serra do Cabral. pág 31. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2017/Parques/Serra_Cabral/Plano_Manejo/Encartel_Diagnostico.pdf>

¹³ Indica que o Plano de Manejo estabelece uma correlação entre a evolução do conhecimento e as ações de manejo, impulsionando não apenas a motivação dos envolvidos, mas a determinação legal da preservação do meio ambiente para conservação de ações presentes e futuras. Plano de Manejo



Fonte: Plano de Manejo

4.2 Zona de Amortecimento

Existente uma grande questão sobre a limitação do uso dos recursos nas unidades de conservação. Por isso, existe uma zona localizada no entorno da unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. De acordo com a Lei nº 9.985/2000, artigo 2º inciso XVIII, a Zona de Amortecimento é:

O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos sobre a unidade. Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

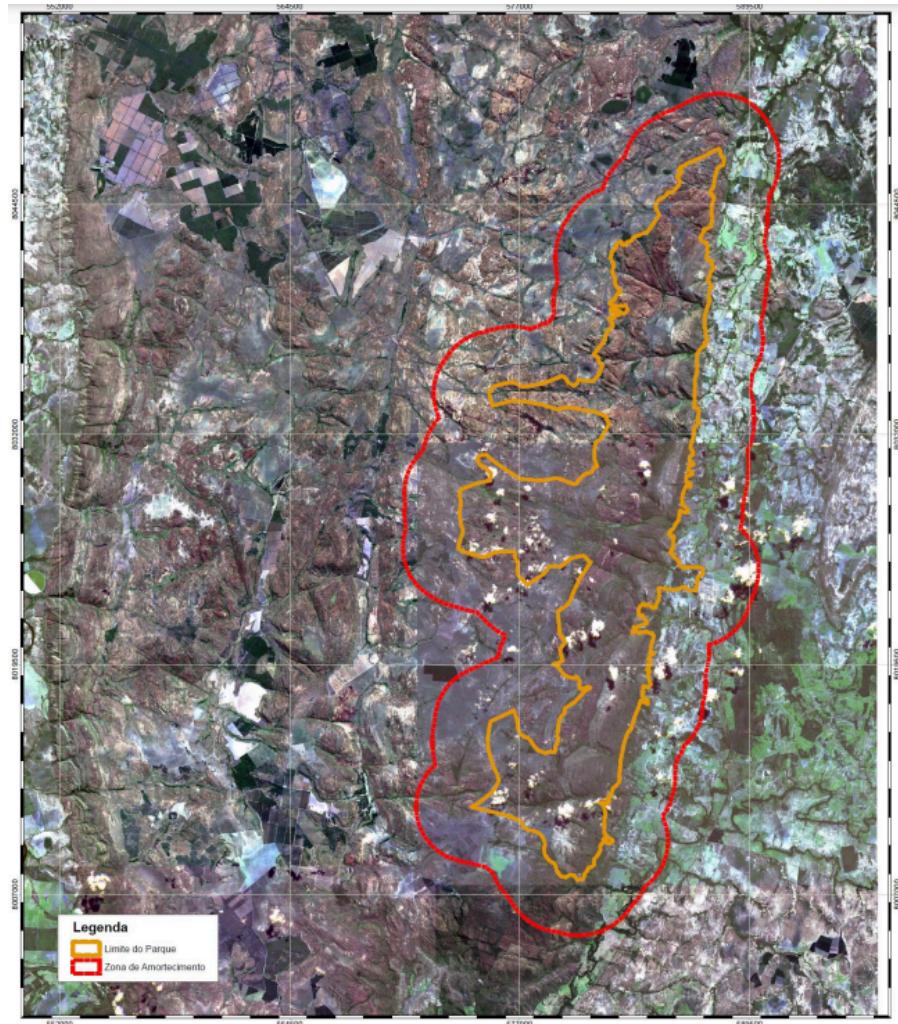
Para compreender com maior profundidade o papel da zona de amortecimento, será apresentado algumas normas de utilização, principalmente as apresentadas pela SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável¹⁴.

¹⁴SEMAD. Normas Gerais para a Zona de Amortecimento. Disponível em: <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/reunoes/uploads/-xXA5QnvFNEv6mu1vAz1L0twuxzbdpiF.pdf>

1. A utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos, fertilizantes e biocidas) na ZA é condicionada ao receituário agronômico, devendo o proprietário disponibilizar a documentação sempre que requisitada pelo monitoramento da UC.
2. Os moradores da ZA serão incentivados a promover modalidades de turismo sustentáveis, que possam ser desenvolvidas sem comprometer a integridade dos recursos naturais. As atividades turísticas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais na região do MNE Serra da Moeda.
3. O uso e o emprego de agrotóxicos em práticas agrícolas, pastoris e florestais no raio de 500 metros contados a partir dos limites do Parque, deverá ser previamente autorizado pelo órgão gestor da UC, como medida mínima necessária para diminuir os impactos negativos resultantes das práticas rurais;
4. Não são permitidas atividades de terraplanagem, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota, sem autorização dos órgãos competentes e, complementarmente, sem a anuência da Administração da UC, a qual deverá emitir parecer conclusivo sobre o empreendimento;
5. Articular e apoiar a elaboração e implementação de projetos e ações visando o desenvolvimento sustentável da região como um todo e das comunidades vizinhas;

A partir destes exemplos de norma, é possível notar a tentativa em beneficiar todos aqueles que precisam utilizar os recursos e também, diversificar as estratégias de sustentabilidade a partir da capacitação, comunicação e monitoramento das atividades exercidas prezando a manutenção e conservação da biodiversidade.

Figura 2: Localização da área do Parque e sua zona de amortecimento, definida pela Resolução CONAMA 428/10.



Fonte: GEMOG/ IEF/ SISEMA

A figura 2 representa a zona de amortecimento (em vermelho) vista por um satélite, que possui uma área de 62.636,7434 hectares.

A área do Parque e da Zona de Amortecimento, definida pela CONAMA 428/2010, foram percorridas de forma extensiva, com o objetivo de reconhecimento geral da área. Em diferentes pontos, analisados a partir dos acessos possíveis na fase da pesquisa para o plano de manejo, foram realizadas observações de superfície em locais visíveis por ações naturais ou antrópicas¹⁵.

4.3 Caracterização do município de Buenópolis

Buenópolis está localizado no estado de Minas Gerais. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com destaque para a produção de

¹⁵ Ação antrópica corresponde a uma ação realizada pelo homem.

cana-de-açúcar, milho, feijão, laranja e manga. A cana-de-açúcar é destinada tanto à fabricação de aguardente quanto à produção de forragem para o gado. A criação de gado está predominantemente destinada à produção de leite.

Seu clima é caracterizado por apresentar verões úmidos e invernos secos . A precipitação média anual atinge valores acima de 750 mm. O período seco tem uma duração de 5 meses, com início em Junho e término em Outubro, coincidindo com a época mais fria do ano.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos¹⁶

Indicador	Dado
Área	1.599,881 km ²
População censo (2022)	9.150
PIB per capita (2021)	R\$17.474,86
IDH Municipal (2010)	0,669
% Arborização (cobertura vegetal nativa, 2017)	71,07
Área urbanizada (2019)	2,27 km ²

4.4 Caracterização do município de Joaquim Felício

Joaquim Felício está localizado no estado de Minas Gerais. Assim como Buenópolis, a principal atividade econômica do município é a agropecuária, com destaque para a produção de milho, feijão, cana-de-açúcar, abacaxi e a mandioca (transformada artesanalmente em farinha e polvilho). A maior parte da produção ocorre nas pequenas propriedades rurais do município, onde algumas abrigam pequenas fábricas artesanais de aguardente e rapadura. Na maioria das fazendas, a criação de gado é voltada para a produção de leite e carne. Em menor escala, alguns produtores fabricam queijo, requeijão, diversas variedades de doces caseiros, manteiga e outros derivados do leite.

¹⁶ IBGE, Atlas Brasil (2023).

A localidade também conta com a exploração do cristal de rocha (quartzo), sempre-viva (flor) e frutos silvestres, comercializados em diversas partes do Brasil, além do carvão vegetal.

Seu clima é caracterizado por apresentar verões úmidos e invernos secos. A precipitação média anual atinge valores acima de 750 mm. O período seco tem uma duração de 5 meses, com início em Junho e término em Outubro, coincidindo com a época mais fria do ano.

Tabela 2: Indicadores socioeconômicos¹⁷

Indicador	Dado
Área	790,935 km ²
População censo (2022)	3.854
PIB per capita (2021)	R\$ 15.206,06
IDH Municipal (2010)	0,637
% Arborização (cobertura vegetal nativa, 2017)	68,62
Área urbanizada (2019)	0,84 km ²

4.5 Plano de Manejo Parque Estadual da Serra do Cabral

Para a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação estudada, foram analisados os recursos ambientais e a situação política, econômica e social do Parque e seu entorno. Para chegar nesse resultado, utilizaram a metodologia da Avaliação Ecológica Rápida (AER). A metodologia AER estabelece as áreas protegidas, desenvolve os planos de manejo e zoneamentos, seleciona as áreas prioritárias para a conservação, identifica as necessidades futuras de pesquisa e ajuda a reduzir de ameaças à biodiversidade¹⁸. As AER caracterizam a biodiversidade, buscando definir a distribuição espacial ou configurações espaciais, da unidade de biodiversidade a ser estudada.

¹⁷ IBGE, Atlas Brasil (2023).

¹⁸ Natureza em Foco: Avaliação Ecológica Rápida. Revista Natureza em Foco, 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/unidadedeconservacao/roteirosmetodologicos/copy_of_naturezaemfoco.pdf>

A definição de Plano de Manejo segundo SNUC é:

“Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2011, p. 06).

No caso da Serra do Cabral, foram realizados os estudos da fauna, flora, meio físico, aspectos sociais e econômicos dos municípios do entorno do parque. Para a fauna, foram estudados os mamíferos, aves, anfíbios e répteis do território. Foram registradas espécies ameaçadas de extinção como a anta e a onça pintada. Já para a flora, utilizaram a vegetação campestre e florestal onde das espécies levantadas, dezesseis espécies encontram-se citadas na “Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção” (MMA 2008).

A região apresenta duas estações distintas, mas bem marcantes: a chuvosa e a seca. No espaço existe a presença de múltiplas nascentes, em geral dadas por veredas. São dezenas de ribeirões classificados como água de Classe Especial, águas que são destinadas ao abastecimento doméstico e a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas¹⁹.

Existe uma presença forte de patrimônios arqueológicos pré-históricos nas dependências do parque. Quando identificado, esse patrimônio fica protegido pela Lei Federal 3.924 de 1961, onde:

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

No Parque Estadual da Serra do Cabral, este patrimônio é caracterizado através das pinturas rupestres deixadas pelos primeiros habitantes da região, antes mesmo da colonização portuguesa. As pesquisas arqueológicas realizadas na região em estudo foram abordadas em 1970, quando ao término do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas identificou-se que a localidade encontrava-se praticamente sem pesquisas.

¹⁹ IGAM. Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo os usos preponderantes. Disponível em: https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Enquadramento_SF5.pdf

O vale do São Francisco com grande relevância no povoamento pré-histórico do Estado e também a região do seu afluente, rio das Velhas receberam o Programa de Pesquisas no Vale do São Francisco (PROPEVALE), que tinha como objetivo geral o levantamento do potencial arqueológico do vale mineiro. o número de sítios com sinalizações aumentou consideravelmente no decorrer das pesquisas, levando-nos a um estudo cada vez mais cuidadoso daquelas manifestações²⁰.

Considerando a área (221.583 km²) que compunha a bacia do rio São Francisco, a área de pesquisa foi dividida em "Frentes Operacionais" (DIAS Jr. op. cit. e DIAS Jr., CARVALHO e CHEUICHE, 1976) e em 1972 atingiram-se as Frentes III e VI, nas quais a Serra do Cabral encontra-se inserida. A Universidade Federal de Minas Gerais também realizou pesquisas na região, registrando, em 1979, sete sítios arqueológicos no município de Lassance²¹. No final da década de 1970, havia 14 sítios arqueológicos registrados na região, sendo 10 em Lassance e 4 em Joaquim Felício.

Por todo o vale, mas com maior intensidade junto à calha do rio em seu médio curso, os sítios pré-cerâmicos são abundantes. Onde começa o curso navegável, em Pirapora, encontramos uma indústria de seixos lascados (arenito), geralmente em talhe unifacial (...). Em vários outros locais do vale, encontramos sítios com artefatos de calcedônia, sílex e quartzo, geralmente de núcleos e lascas (DIAS JR., 1976/7, p. 120).

Em 1980 criou-se o Programa de Pesquisas Arqueológicas em Grutas de Minas Gerais, considerado uma segunda etapa do PROPEVALE. O Programa Grutas Minerais foi criado devido ao grande número de sítios encontrados. Seu objeto de pesquisa estava centrado em sítios que demonstravam uma potencialidade arqueológica evidente.

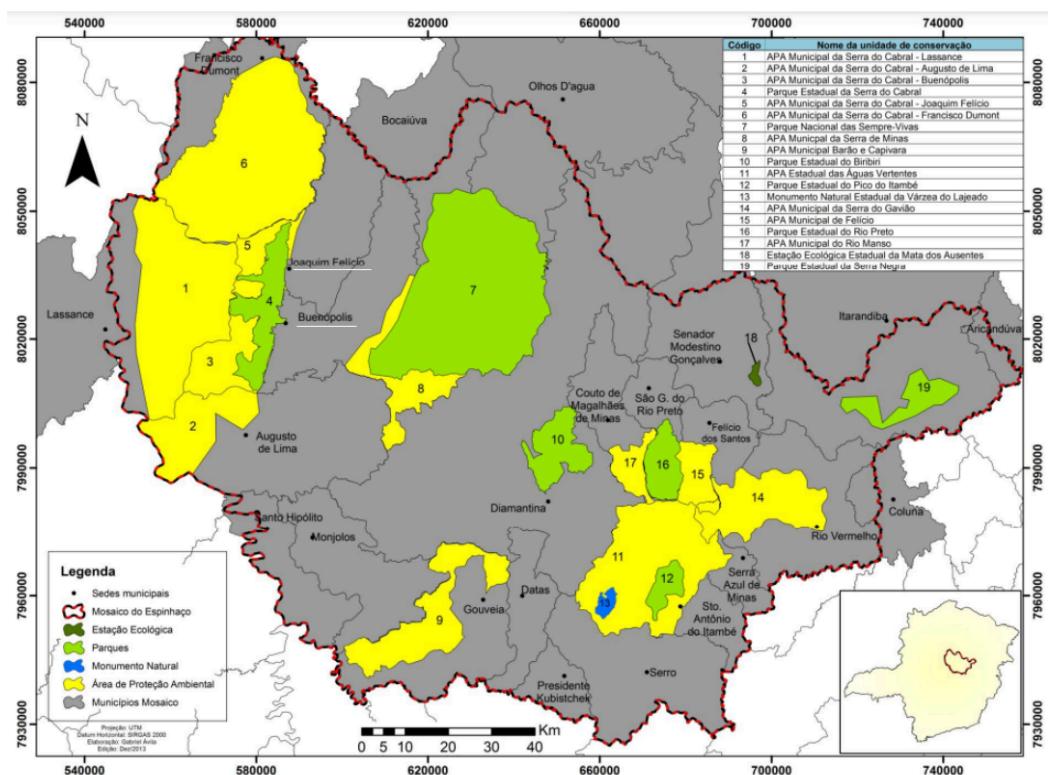
Um outro ponto importante para a ação de preservação dessa região foi a identificação do “Mosaico de Áreas Protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral”, que abrange em torno de 900 mil hectares, incluindo todo o planalto de Diamantina (MMA, 2010). Esse mosaico possui UCs das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

²⁰ DIAS, Ondemar; CHEUICHE, Lilia; CARVALHO, Eliana. *A arte rupestre no Vale do São Francisco*. 1. ed. São Paulo: IAB Editora, [s.d.]. Período de estudo: 1970 a 1976.

²¹ Município integrante do Circuito Turístico Serra do Cabral que criou a Lei Municipal nº 827/01 para proteger parte da Serra que adentra seu território. A APA Serra do Cabral conta com 81.103,917 ha e perímetro de 261.139 m.

As unidades de conservação que constam na Portaria do Ministério de Meio Ambiente n.º 444 de 26 de novembro de 2010, que instituiu o Mosaico do Espinhaço são as seguintes: Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes, Área de Proteção Ambiental Municipal do Rio Manso, Área de Proteção Ambiental Municipal de Felício, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Pico do Itambé, Parque Estadual da Serra Negra, **Parque Estadual da Serra do Cabral**, Parque Nacional das Sempre-Vivas e Estação Ecológica Estadual da Mata dos Ausentes.

Figura 3: Unidades de conservação e municípios que integram o Mosaico do Espinhaço.



Fonte: IBGE, 2013; IEF; 2012

O mosaico buscava integrar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável, criando oportunidades de crescimento harmonioso entre os envolvidos. Além disso, tinha como objetivo beneficiar especialmente as pequenas comunidades locais inseridas na região. Ele foi usado para contribuir na redução dos conflitos entre moradores e áreas protegidas, valorizando a identidade territorial, o que favorece o desenvolvimento de ações e projetos regionais de

interesse e auxilia o fortalecimento da relação de pertencimento dos moradores em relação às áreas protegidas (Pinheiro, 2010).

O diagnóstico arqueológico presente no plano de manejo do parque em questão, segue o escopo determinado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e também está adaptado às especificações do Termo de Referência do Roteiro Metodológico de Planejamento de Parques (IBAMA 2002).

O objetivo geral voltado a pesquisa arqueológica objetivou-se em:

- Levantar informações sobre a existência de vestígios arqueológicos na área em estudo;
- Verificar o potencial de ocorrência arqueológica na área do Parque e Zona de Amortecimento;
- Caracterizar a arqueologia da região;
- Propor programas complementares, ações de preservação e normas a serem implantados com a continuidade e implantação do Plano de Manejo.

Um aspecto que deve ser considerado em uma UC é a de proteção do patrimônio arqueológico. É necessário realizar estudos voltados para a identificação do patrimônio. Todavia, o momento que o projeto estava sendo elaborado, não foi solicitada autorização de pesquisa ao IPHAN (IEF, 2013)

Os aspectos a serem observados referentes à arqueologia no Termo de Referência elaborado pelo IEF foram definidos da seguinte maneira:

Controle Ambiental (e do Patrimônio Arqueológico) no Entorno:

- Definir normas para o uso e ocupação do entorno do Parque, de forma a prevenir impactos sobre seu ecossistema ou degradação de seu potencial.

Manejo do Patrimônio Arqueológico:

- Definir atividades de recuperação de sítios degradados ou ameaçados e de controle de intervenções;
- Definir projetos de manejo e recuperação do entorno dos sítios arqueológicos.

O plano de manejo aborda muitas questões voltadas para os sítios arqueológicos. Nesses espaços as pinturas predominantes são de animais,

normalmente de grande tamanho e com um bom detalhamento. O tamanho médio dos sítios são de 20 metros de comprimento, 8 metros de largura e 4 metros de altura (IEF 2013). Identificou-se que as pinturas possuíam uma ordem cronológica devido ao estilo da pintura. Ao todo, três momentos diferentes foram identificados: o primeiro são os traços lineares, o segundo são executados com pouca noção de movimento e em silhueta, já o terceiro é marcado por conjuntos de pontos contornados por um traço.

Arte rupestre consiste em desenhos, pinturas e gravações feitas em superfícies rochosas por povos originários. São incluídas representações como figuras humanas, símbolos abstratos, cenas vividas pelos povos, animais, entre outros temas (Dias, Cheuiche e Carvalho, s.d.). A arte rupestre é o mais numeroso e, talvez, o mais significativo vestígio arqueológico da Serra do Cabral, estando presente em todos os sítios. Tanto a sua preservação quanto seus estudos, são cruciais para a arqueologia e a antropologia, já que essas manifestações fornecem informações sobre a evolução da criatividade e comunicação humanas.

Todo esse levantamento serviu para identificação do contexto etinico-histórico da região, onde as escavações realizadas na Serra do Cabral trouxeram elementos dos séculos XVII e XVIII (IEF, 2013). As pesquisas apresentaram a possibilidade de que a Serra tenha ficado isolada por uma estratégia colonial. A falência das minas em Minas Gerais marcou um período de intensificação da perseguição e escravização dos povos indígenas na região. Conforme documentado por Cunha (1992), os indígenas enfrentaram uma nova onda de violência e deslocamento forçado, resultando na perda de terras, cultura e liberdade. Na região abordada não foi diferente, já que diversas tribos indígenas foram extintas rapidamente.

A Zona tornou-se refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas inferiores, afastados do processo de expansão da sociedade colonial. Eram os Botocudos, Mongoyó, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Pañame, Malali, Maxakali, Baenã e Kamakã. Tal situação permitiu-lhes, até 1760, manterem seus padrões sociais e a integridade de seus territórios". (PARAÍSO, 1992, p. 415).

Entendeu-se que dois povos ocupavam a Serra do Cabral: os indígenas da região, cujo modo de vida era considerado como "intocado" e arcaico no século XVIII e os bandeirantes que possuíam um papel na expansão territorial e na econômica

do Brasil colonial. Os bandeirantes capturavam indígenas para utilizar como mão-de-obra escrava nas minas e nas lavouras, além de vendê-los em mercados de escravos. Essa prática impactou diretamente as populações indígenas da região, assim como citado anteriormente (FAUSTO, 1995).

Durante o estudo de campo para a realização do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Cabral, foram levantadas diferentes áreas do Parque e da Zona de Amortecimento. Para alavancar o estudo realizado, principalmente para a realização do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Cabral.

O entendimento final, veio por meio da entrevista realizada pela comunidade local. A proposta buscava entender o sentimento da comunidade local, a mesma possuia um sentimento relacionado a falta de comunicação, sobretudo no que tange o território da UC e a sua zona de amortecimento. Os depoimentos da população revelaram que todos os segmentos sociais vêm suas atividades cada vez mais restrinidas e limitadas, sem que suas opiniões sejam consideradas nas tomadas de decisões, sobretudo no que se refere à criação do Parque. Ao todo, doze residentes foram entrevistados.

No geral, o objetivo do plano de manejo do Parque Estadual Serra do Cabral, é entender e pensar em estratégias para toda a perda da fauna e flora do espaço. Quando pensamos nas unidades de conservação, sabemos que a preservação, por lei, deveria garantir que toda a localidade esteja segura e além disso, é necessário que existam espaços voltados para a comunidade. A zona de amortecimento, que já foi caracterizada anteriormente, é o espaço onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985/2000).

5. Instituto Estadual de Florestas

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi criado em 05 de janeiro de 1962, pela Lei nº 2.606, onde:

Art. 1º - Fica criado o Instituto Estadual de Florestas, órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira, subordinado ao (Vetado) Governador do Estado, com o fim especial de realizar a política florestal (Vetado) do Estado de Minas Gerais (Vetado).

Adentrando ainda mais nas atividades incubidas ao IEF temos o papel de supervisionar, orientar e fortalecer a fiscalização das atividades relacionadas à exploração de florestas, fauna silvestre e aquática, com o objetivo de preservar, proteger e fomentar seu desenvolvimento sustentável. Administrar e preservar os parques estaduais, reservas equivalentes e as florestas sob jurisdição do Estado, assegurando sua integridade ecológica e promovendo seu uso sustentável. Estabelecer parcerias e promover a articulação com entidades públicas e privadas, com o propósito de fortalecer a cooperação interinstitucional para garantir o cumprimento dos objetivos de conservação ambiental, bem como para promover a implementação de políticas e práticas sustentáveis em todo o estado²².

O Instituto Estadual de Florestas, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), tem como missão elaborar e coordenar a política estadual voltada para a proteção e conservação do meio ambiente, bem como para o gerenciamento dos recursos hídricos, além de articular as políticas relacionadas à gestão dos recursos ambientais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no estado de Minas Gerais.

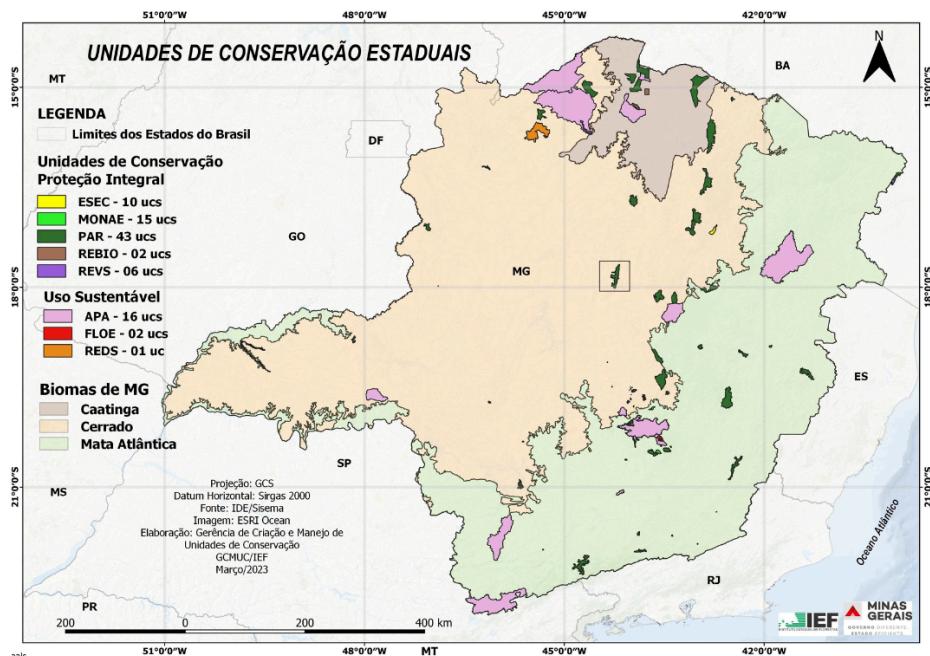
No momento atual, o artigo 5º do Decreto 47.892/2020 estabelece que é competência do Instituto Estadual de Florestas (IEF) elaborar e executar as políticas florestais e de biodiversidade do Estado. O IEF ganha a competência de garantir a sustentabilidade ambiental, promovendo o equilíbrio ecológico, a conservação, a preservação, o uso sustentável e a restauração dos ecossistemas. Ainda sobre as responsabilidades delineadas por este artigo temos (Decreto 47.892,2020):

- Promover o mapeamento, o inventário e o monitoramento da cobertura vegetal do Estado;
- Administrar os dados e as informações necessários à implementação e à gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Apoiar a definição das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e para a criação de unidades de conservação;
- Executar as atividades relativas à criação, à implantação, à proteção e à gestão das unidades de conservação;

²² Lei nº 2.606, de 05 de janeiro de 1962. Disponível em:
<<https://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=5091>>

- Promover a conservação e a recuperação da cobertura vegetal nativa, mediante o incentivo ao reflorestamento e o pagamento por serviços ambientais, entre outros instrumentos de gestão ambiental;
- Fomentar pesquisas e estudos relativos à manutenção e ao restabelecimento do equilíbrio ecológico;
- Executar os atos de sua competência relativos à regularização ambiental, em articulação com os demais órgãos e entidades do Sisema;
- Controlar a exploração, a utilização e o consumo de matérias-primas oriundas da biodiversidade e das florestas plantadas;
- Promover a preservação, a conservação e o uso racional dos recursos faunísticos, bem como o desenvolvimento de atividades que visem à proteção da fauna silvestre, terrestre e aquática.

Figura 4: Unidades de Conservação estaduais de Minas Gerais pertencentes ao Instituto Estadual de Florestas.



Fonte: IEF, 2023

O IEF desempenha um papel central na coordenação, orientação e execução das atividades de monitoramento, inventário e mapeamento da cobertura vegetal do Estado. Seu foco reside na supervisão da exploração sustentável das florestas, enquanto também coleta dados pertinentes ao uso do solo em Minas Gerais.

O Instituto supervisiona as florestas plantadas designadas para o fornecimento de matéria-prima, atendendo às exigências de reposição florestal²³ estabelecidas pela legislação em vigor: Lei 20.922 de 16/10/2013 – Dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado; Decreto 47.383, de 02/03/2018 - Este decreto estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental, define e categoriza infrações às normas de preservação ambiental e dos recursos hídricos, além de estipular os procedimentos administrativos relativos à fiscalização e à imposição de penalidades correspondentes; Resolução Conjunta SEMAD/ IEF nº 1914, de 05/11/2013 - Estabelece procedimentos²⁴ para o cumprimento e a fiscalização da Reposição Florestal no Estado de Minas Gerais. Além disso, ele monitora e controla a preservação, recuperação, regeneração e recomposição de áreas de reserva legal e de preservação permanente.

Para incentivar proprietários que possuem a vegetação nativa e que se comprometem a recuperá-la e preservá-la, existe a chamada Bolsa Verde, que foi instituída pela Lei 17.727, de 13 de agosto de 2008, e regulamentada pelo Decreto 45.113, de 05 de junho de 2009.

Art. 1º O Estado concederá incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, nos termos desta Lei, para identificação, recuperação, preservação e conservação de:

- I - áreas necessárias à proteção das formações ciliares e à recarga de aquíferos; e
- II - áreas necessárias à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis, conforme dispuser o regulamento.

A Bolsa Verde apoia a preservação da cobertura vegetal nativa em Minas Gerais, oferecendo compensação financeira por serviços ambientais aos proprietários e posseiros que já preservam ou se comprometem a restaurar a vegetação nativa em suas terras. Também são contemplados produtores cujas propriedades estejam localizadas no interior de unidades de conservação e sujeitos à desapropriação. Como um programa de política pública, pretende-se que o Bolsa

²³ A Reposição Florestal é uma obrigação de caráter indenizatório, visando a restauração do estoque de madeira das florestas nativas. Esta responsabilidade é imposta a pessoas físicas ou jurídicas que promovam a supressão de vegetação nativa ou que se envolvam na industrialização, beneficiamento, uso ou consumo de produtos e subprodutos florestais provenientes de florestas nativas.

²⁴ Para pagamento da Reposição em espécie é aplicada a seguinte conversão: 1st = 4 árvores; 1m³ de madeira = 6 árvores; 1mdc = 12 árvores.

Verde se consolide em todo o território do Estado de Minas Gerais, de forma permanente e universal.

5.1 Sobrado Riachão

A antiga Fazenda do Riachão veio a se desenvolver em meados de 1910, juntamente com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil²⁵. O Sobrado da Fazenda do Riachão foi uma das primeiras grandes edificações construídas no final do século XIX na região de Buenópolis. Seus primeiros proprietários foram da família Teixeira de Toledo, latifundiários da região e possuidores de inúmeras fazendas nos arredores do povoado na virada do século.

Em 1916 o sobrado adquiriu novos proprietários: Alfredo da Silva Rocha (um industrial carioca) e sua esposa Quin Queen da Silva Roch (uma mulher alemã). Assim começaram uma reforma nas dependências da fazenda onde um sobrado com três pavimentos característicos da arquitetura inglesa²⁶, fora construído. Posteriormente a Rede Ferroviária Federal comprou a fazenda e tempo depois vendeu a propriedade para a Prefeitura Municipal de Buenópolis.

Em 1999 o Nome Casarão – Sobrado da Fazenda do Riachão, foi tombado pela prefeitura da cidade por meio do Decreto n° 1059/1998, onde:

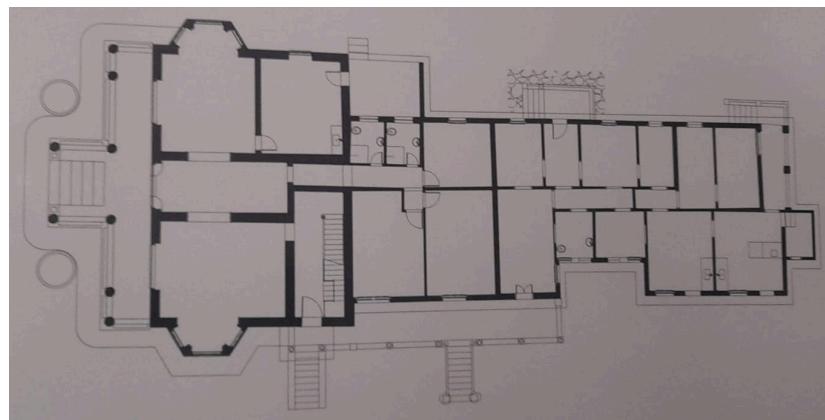
"Estabelece normas de proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Buenópolis, autoriza o Poder Executivo instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e dá outras providências."

O Casarão foi doado ao Instituto Estadual de Florestas com o propósito de servir como sede administrativa do Parque Estadual Serra do Cabral. O Instituto investiu recursos significativos, totalizando R\$600 mil, para realizar obras de restauração que visam resgatar e realçar a arquitetura e a história desta construção. O empenho está voltado para preservar e recuperar suas características clássicas, enaltecendo assim sua importância cultural e arquitetônica.

²⁵ A Estrada de Ferro Central do Brasil iniciou suas operações, em direção a Minas Gerais, ligando o Rio de Janeiro a importantes cidades mineiras, como Ouro Preto, Diamantina, Belo Horizonte, São João Del Rei, Juiz de Fora, Cataguases, Leopoldina, Governador Valadares, Poços de Caldas, Três Pontas, etc.

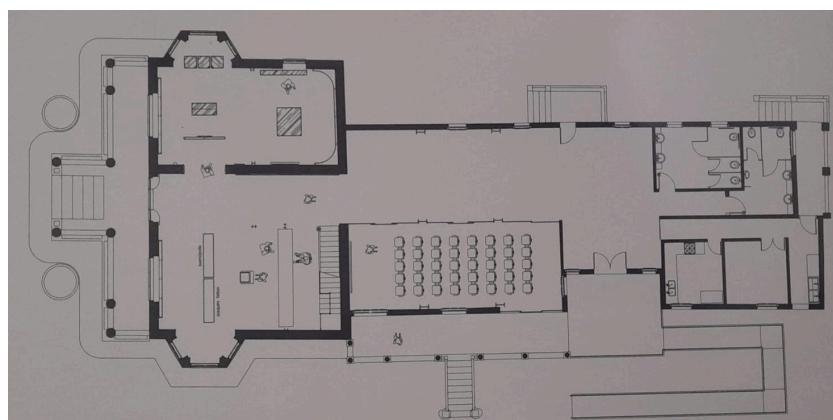
²⁶ As casas com a arquitetura inglesa frequentemente apresentam telhados inclinados, paredes de pedra ou tijolo, janelas de guilhotina e detalhes em madeira

Figura 5: Planta baixa do sobrado antes da restauração



Fonte: IEF (2023)

Figura 6: Planta baixa do sobrado depois da restauração



Fonte: IEF (2023)

5.2 Impressões sobre o Parque Estadual Serra do Cabral

Durante uma visita à sede administrativa do PESC em 10 de outubro de 2023, foram identificados pontos destacados pelos próprios administradores. Para iniciar a conversa, foi apresentada a existência de um trabalho sobre a unidade de conservação em questão. O diálogo ocorreu durante uma exposição fixa sobre o Parque Estadual Serra do Cabral, realizada dentro do Sobrado.

A primeira questão norteadora estava relacionada a como a própria população entende o que é o parque e o papel que a Serra do Cabral tem perante a sua existência.

É assim: a Serra? Eu não conheço a Serra. [...] A gente daqui não conhece a Serra. Então, assim, é uma coisa que a gente perde. Para você ter uma referência, quando as pessoas falam, perguntam Opa! É lá a Serra? A resposta é: eu não tenho informação da Serra, eu não conheço (A, gerente do parque, 2024).

Nessa primeira resposta já é possível identificar que toda a construção participativa da unidade de conservação não foi efetiva. Desde o princípio já existiam dificuldades com a população no entorno da UC onde os mesmos indicavam sentimento relacionado a falta de comunicação, sobretudo no que tange o território da UC e a sua zona de amortecimento²⁷. A própria população já indicava que suas opiniões não estavam sendo consideradas nas tomadas de decisões, sobretudo no que se refere à criação do Parque.

A segunda questão foi entender se alguma ação foi proposta para atrair a população local.

Então, eu até ofereci para eles, principalmente os professores. Vamos fazer uma expedição com vocês, vou levar vocês pra conhecerem a Serra, para vocês terem aquilo realmente de valor que a gente tem na Serra. Que é os atrativos. [...] Então, quando as pessoas forem perguntar: Poxa, lá, o que é isso? Eu falo, pô, tem um lugar bonito pra vocês, né? (A, gerente do parque, 2024).

Mesmo com propostas sendo pensadas e até apresentadas, sente-se um apelo maior para o público que pode chegar e querer conhecer o parque, do que os próprios residentes. A falta de pertencimento presente não sumirá de uma maneira rápida, muito menos com o foco nos turistas. As pessoas constroem um senso de pertencimento e identidade através de sua conexão com o ambiente local. A cultura e a história locais moldam a relação das pessoas com o lugar, influenciando sua sensação de pertencimento e conexão emocional com o ambiente físico (Relph 1976).

Claro que não se pode dizer que nenhum projeto está voltado para a população. Enquanto apresentava algumas peças que estavam sendo expostas, o gestor expôs algumas ideias.

Mas o trabalho que a gente está tentando fazer aqui é justamente criar um ponto de atrativo maior, principalmente para a comunidade. [...] Eu estou tirando algumas coisas aqui, eu quero gramar aqui em

²⁷ As entrevistas foram realizadas durante a elaboração do plano de manejo e estão presentes no Encarte 1 - Diagnóstico do Parque Estadual da Serra do Cabral

volta, vou colocar algumas mesas, para o pessoal poder fazer atividades no final de semana. Fazer um picnic, se não quiser pode ficar deitado. [...] Eu quero um lugar mais preso, a gente quer construir aqui justamente para o pessoal poder vir deixar uma biblioteca aberta, para o pessoal poder vir e ficar mais tranquilo aí, às vezes com a família (A, gerente do parque, 2023).

Para uma pessoa que não conhece a localidade, pode identificar a ação como algo positivo, entretanto próximo a localidade já existem equipamentos voltados para essas atividades disponíveis tanto para a população local, quanto para turistas que queiram aproveitar o tempo ao ar livre. Foi desenvolvida uma conversa com uma moradora do local no qual destacou a questão de que o Balneário Riachão²⁸ já apresentava ações nesse mesmo estilo. Todavia, a mesma achou significativo uma ação voltada para os residentes.

[...] Mas quando eu soube desse projeto eu achei muito significativo, de grande valia, porque é para a própria comunidade, para aquela geração que já cresceu lá (B, visitante, 2023).

Dando continuidade na fala do gestor, o mesmo indicou que sente falta de uma ajuda que a própria prefeitura do município de Buenópolis pode dar.

A gente tem uma vazão muito grande do pessoal, a gente fala das cidades no interior, a gente vai para a capital com aquela esperança de um grande emprego. Mas a gente tem rendas dentro do próprio município, que poderiam ser trabalhados com a própria comunidade (A, gerente do parque, 2023).

Apesar da unidade de conservação ser gerida por um órgão estadual, existe a possibilidade de desenvolver parcerias em prol do desenvolvimento do território. A dependência de fontes governamentais para financiamento tem se demonstrado um modelo cada vez mais economicamente insustentável nas diversas áreas protegidas no mundo (WHITELAW et al., 2014).

Seguindo o caminho sobre financiamento, o gestor foi questionado sobre outras propostas já existentes.

É a minha intenção. É que antes o Estado não tinha como investir muito nesse trabalho da gente. Agora a gente está com o investimento de um grupo de fora, que é do Funbio, que oferece esse recurso, e a gente está tentando montar algumas coisas diferentes, inclusive aqui na frente [...] (A, gerente do parque, 2023).

²⁸ Parque municipal voltado para o lazer e entretenimento dos visitantes, que foi revitalizado graças à mobilização da comunidade buenopolense. O Riachão também mantém a cultura ancestral de Buenópolis, devido às lavadeiras que são presença cotidiana no local e que tem a prática de lavar suas roupas nessas águas passadas de geração para geração.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é uma entidade financeira nacional privada, sem fins lucrativos, que colabora em parceria com os setores governamentais, privados e a sociedade civil. Seu objetivo é direcionar recursos estratégicos e financeiros para iniciativas eficazes de conservação da biodiversidade. O Parque Estadual da Serra do Cabral faz parte do projeto COPAÍBAS – Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos biomas Amazônia e Cerrado. O objetivo geral do projeto é reduzir o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa por meio de estratégias que contribuam para a conservação de florestas e vegetação nativa na Amazônia e no Cerrado (Funbio).

Para alcançar esse objetivo, o projeto está estruturado em quatro componentes com as seguintes metas: (1) Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; (2) Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; (3) Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade; e (4) Promover alternativas econômicas que preservam florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

O Funbio gerencia projetos que são financiados por recursos de doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro. A gestão dos projetos é feita segundo regras específicas dos contratos firmados com os doadores.

Para finalizar o diálogo desenvolvido durante a visita, o gestor apresentou uma outra proposta que o mesmo busca desenvolver. O espaço citado está localizado ao lado da sede do PESC.

[...] Descendo a rua aqui, do lado de dentro da cerca, eu quero construir ali, baias para carro-casa, aqueles motorhome. Para colocar o pessoal, porque isso é um monte público que a gente pode atrair. [...] O meu espaço aqui é muito pequeno para fazer uma área de campo grande. Eu teria que mexer na questão do eucalipto²⁹ todo, mas no eucalipto eu já tenho outros planos para ele (A, gerente do parque, 2023).

²⁹ Eucalipto é um termo genérico que se refere a diversas espécies de árvores da família Myrtaceae. Estima-se que existam cerca de 700 espécies de eucalipto no mundo. Nativas da Austrália, essas árvores são fundamentais para a composição das florestas tropicais da região e essenciais para a conservação dos coalas. No Brasil, o eucalipto é uma árvore exótica introduzida por iniciativa do político Joaquim Francisco de Assis Brasil em 1868.

Um ponto de atenção é entender se esse interesse realmente está voltado para a comunidade, pois o perfil dos moradores não se enquadra a usuários de motorhome, já que em 2021, o salário médio mensal nos municípios de Buenópolis e Joaquim Felício era de 1,6 salários mínimos (IBGE,2021). O número de usuários locais não seria tão significante, logo “o público que a gente pode atrair” não está voltado para os moradores dos municípios. Toda a experiência do lugar influencia a percepção individual de identidade e pertencimento. As características físicas, sociais e culturais contribuem para a singularidade de um lugar e influenciam a relação das pessoas com ele, enfatizando a importância da diversidade e autenticidade local (Relph 1976).

6. Sustentabilidade Participativa

Desenvolver uma economia global sustentável é o grande desafio. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) abordam como os recursos naturais são finitos e como as mudanças climáticas podem agravar a situação. O consumo excessivo e a exploração não sustentável impactam diretamente no desenvolvimento de uma economia global sustentável, algo no qual nosso planeta não seja capaz de esperar chegar. Stuart (1997) já dizia que apesar do chamado mundo desenvolvido estar se aproximando de uma relativa recuperação ambiental, o planeta como um todo continua num rumo geral "não sustentável".

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade indica que chegamos a um patamar em que a crise do clima provoca consequências cada vez mais irreversíveis. Os riscos e impactos climáticos estão aparecendo mais rapidamente e se tornarão mais graves mais cedo que o previsto. Apesar dessa questão ser apresentada a muito tempo, nós não estamos preparados para os impactos que estão acontecendo (IPCC, 2023). Falar de sustentabilidade é saber que diversas questões podem ser envolvidas, mas o que de fato é sustentabilidade?

O Relatório Brundtland, oficialmente intitulado "Nosso Futuro Comum", é um documento seminal publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. O relatório foi uma resposta à crescente preocupação global com os impactos ambientais das atividades humanas e a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. A sustentabilidade é entendida como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (ONU, 1987).

A natureza é o continente e o conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas. Com a presença do homem sobre a terra, a natureza está sendo sempre redescoberta, desde o fim de sua história natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo com a passagem de uma ordem vital e uma ordem racional (Santos, 1992:4).

A relação entre sustentabilidade e natureza é fundamental para garantir o equilíbrio ecológico e a saúde dos ecossistemas do nosso planeta. O conceito de natureza pode ser abrangente: em seu sentido mais básico, a natureza refere-se ao mundo físico e aos elementos naturais que compõem o ambiente ao nosso redor incluindo todos os organismos vivos, como plantas, animais e microrganismos, bem como os elementos não vivos, como ar, água, solo e minerais (Smith et al., 2008). A natureza também pode se referir a ecossistemas específicos, como florestas, oceanos, desertos, rios e montanhas, bem como às paisagens naturais formadas por esses ecossistemas (Ricklefs et al., 1999). Em um sentido mais amplo a natureza pode se referir à totalidade do universo e à ordem natural das coisas, como em expressões como "lei da natureza" ou "ordem natural" (Platão, 2002).

Pensando em uma ótica geográfica, Alexander von Humboldt, geógrafo e explorador alemão que viveu no final do século XVIII e início do século XIX, entendia a natureza como um sistema interconectado e interdependente, onde cada parte está intimamente ligada às outras em uma vasta rede de relações. Ele via a natureza como um conjunto dinâmico de processos físicos, biológicos e geológicos que influenciam uns aos outros e são influenciados pelo ambiente circundante. Humboldt é considerado o pioneiro no estudo da natureza quando se trabalha no ramo de estudos da natureza e geografia física (Rodrigues, 2000). Alexander von

Humboldt elevou-se ao abordar as questões, as interações e os processos dinâmicos entre os seres humanos e o meio ambiente, ou seja, ao considerar a totalidade dessas relações.

A sustentabilidade possui um conceito multidimensional que envolve aspectos que abrangem não apenas o meio ambiente, mas também o social, o econômico e até mesmo o cultural. Assim, o desenvolvimento sustentável envolve diferentes questões. Sen (1999) reconhece a interdependência entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental. Ele argumenta que a degradação ambiental pode ter impactos negativos significativos no bem-estar humano, especialmente para os mais vulneráveis e marginalizados. Portanto, o desenvolvimento sustentável deve incluir medidas para proteger e conservar os recursos naturais³⁰ para as gerações presentes e futuras.

Os recursos naturais, também apresentados como recursos ambientais, acabam sendo analisados por meio de uma visão sistêmica, já que o termo ambiente revela a integração entre as partes do todo e sua capacidade de auto-regulação (Atlas, 1989). Essa auto-regulação torna-se uma condição essencial para a análise dos termos, esse conceito da origem a uma realização sistemática que tem a capacidade de manter a si próprio (Rodrigues, 2000).

6.1 A preservação do meio ambiente

Para pensar na preservação do meio ambiente, é necessário considerar a implementação de uma política turística eficaz. Essa política deve considerar a ocupação racional do território com facilidades turísticas e equipamentos de lazer, bem como o controle do crescimento desmesurado. O objetivo principal é salvaguardar a atratividade turística e a originalidade das atrações para as gerações futuras, promovendo o turismo sustentável (Ruschmann, 1997).

O termo "salvaguardar" tem origem no latim "salvare" (salvar) e "guardare" (guardar). Salvaguardar envolve a implementação de medidas para proteger, conservar e preservar e assegurar a permanência da memória de um povo e sua cultura (IPAC-BA). Runte (1997) apresenta que o conceito de salvaguardar ganhou

³⁰ Recursos naturais são elementos encontrados na natureza que têm valor econômico e são utilizados pelo ser humano para satisfazer suas necessidades e desejos. Eles podem ser divididos em duas categorias principais: recursos renováveis e recursos não renováveis.

importância com o surgimento de movimentos de conservação no século XIX. Ele trabalha questões ligadas ao desenvolvimento de parques que protejam a beleza natural e o patrimônio cultural. O dialogo sobre o papel desses espaços e como não devem ser considerados apenas por sua beleza é abordado durante o desenvolvimento do trabalho. Entende-se que o foco principal seja apresentar o significado, principalmente para os moradores, que esse espaço tem perante o desenvolvimento de uma localidade (Runte, 1997).

No contexto do turismo sustentável, salvaguardar significa implementar práticas que mantenham a integridade ambiental e cultural das áreas turísticas (UNESCO 2003). Essa questão inclui a gestão racional dos recursos naturais que envolve o uso responsável e sustentável de água, energia, flora e fauna; o controle do desenvolvimento urbano que é essencial para evitar a degradação ambiental e a descaracterização cultural das áreas turísticas; e também a promoção de atividades de uma maneira que respeite e preserve as tradições locais, mantendo a autenticidade e o envolvimento com a comunidade local da área trabalhada.

Em 20 de novembro de 1937, a Lei N°25 veio para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Com a Lei do Tombamento, foi possível definir o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional. Essa ação já foi um grande passo para alavancar questões voltadas para a preservação. A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional não apenas preserva a memória e a identidade cultural, mas também promove o turismo cultural e a educação patrimonial. Um fato a ser pensado é o quanto o Parque Estadual Serra do Cabral tem para contar, mas o quanto dessa história já foi apagada ou deixada de lado.

6.2 Turismo sustentável

O assunto sobre como o turismo pode ser uma atividade prejudicial para um determinado território, quando não é exercido de maneira eficiente, já foi abordado

por diferentes pesquisadores. O turismo administrado de uma maneira não sustentável, pode resultar em sérios danos ambientais levando a uma exploração turística sem controle. Essa ação pode levar à degradação de ecossistemas sensíveis, poluição de áreas naturais e esgotamento de recursos naturais (Rejowski, 2012).

Rejowski (2012) indica que sem uma gestão eficiente e estratégias bem definidas, o turismo pode causar danos significativos aos territórios que deveria beneficiar. Quando existe a sobreposição na valorização dos turistas e o esquecimento da comunidade local, existe a necessidade de repensar a maneira como as coisas estão sendo administradas. Os lucros não são distribuídos de uma maneira justa, onde a população local, muitas vezes permanece marginalizada e sem acesso aos lucros gerados.

Ruschmann (1997), durante seu livro Turismo - Planejamento Sustentável: a participação do meio ambiente, indica algumas questões sobre o que é necessário para que o desenvolvimento do turismo que esteja em equilíbrio com a proteção do meio ambiente:

- Garantir o equilíbrio entre os agentes da proteção ambiental e os empreendedores de equipamentos e serviços turísticos;
- Considerar que não existe um turismo “bom” ou “mau”, ou um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói;
- É preciso ter cautela com afirmações muito generalistas;
- Evitar as perigosas políticas de tudo ou nada;
- Durante a implementação de equipamentos turísticos, se atentar e minimizar os problemas ambientais;
- Identificar soluções e comportamentos para a produção do meio ambiente.

Os itens citados anteriormente podem ser desenvolvidos e elencados com diferentes questões. Um fato a ser considerado seria a falta de uma fala voltada para a comunicação com a comunidade local. No PESC, existem diversas situações que demonstram até hoje como a falta do diálogo entre a gestão e a população impactam em todo o desenvolvimento do parque. Até hoje existem diversos problemas com queima ilegal, caças e depredação dos espaços.

Rejowski (2012) apresenta algumas diretrizes importantes para que exista o desenvolvimento sustentável do turismo:

- Planejamento Integrado: é uma abordagem que envolve a colaboração de todas as partes interessadas, sejam elas governos, empresas, organizações não governamentais, comunidades locais e turistas. As principais ações incluem participação comunitária, coordenação intersetorial³¹ e planejamento a longo prazo.
- Capacidade de Carga: engloba avaliar e respeitar o número máximo de visitantes que um destino pode receber sem causar danos ambientais, sociais e econômicos. As principais ações incluem estudos de capacidade, monitoramento contínuo e regulação do fluxo de visitantes.
- Educação e Sensibilização: voltada para a promoção da educação ambiental e cultural, ação de extrema relevância para fomentar práticas de turismo sustentável. As principais iniciativas incluem campanhas de sensibilização, formação de operadores turísticos e educação comunitária.
- Distribuição Justa de Benefícios: o foco é garantir que os benefícios econômicos do turismo sejam distribuídos de forma igualitária, entre todas as partes interessadas, especialmente as comunidades locais. As principais iniciativas são o desenvolvimento de empreendimentos locais, emprego e capacitação local e investimento em infraestrutura comunitária.

A adoção dessas práticas podem ajudar a proteger os recursos naturais e culturais, promover a justiça social e assegurar a viabilidade econômica de espaços que possuem a necessidade de melhorias.

6.3 Gestão Participativa

Para que um projeto de desenvolvimento sustentável funcione, depende-se da articulação e mobilização de todos os atores envolvidos. Além disso, pensar de forma integral e integrada, valorizando os recursos existentes, facilitará um alcance positivo de uma gestão participativa (Loiola, 1999).

³¹ A atividade turística deve ser planejada em conjunto com outros setores presentes em uma determinada localidade. Alguns exemplos são transporte, habitação, agricultura e serviços públicos (Rejowski, 2012)

Para que o Parque Estadual Serra do Cabral se desenvolva de uma maneira em que a população seja ouvida, é fundamental o desenvolvimento. Os Conselhos da Sociedade Civil são órgãos colegiados de participação social que reúnem representantes de diferentes segmentos da sociedade e do poder público para debater, formular, monitorar e avaliar políticas públicas em diversas áreas (BRASIL, 2018).

Esse modelo aqui sugerido possui funções e importâncias significativas. A primeira seria a participação democrática, que permite que os cidadãos e as organizações da sociedade civil tenham voz nas decisões governamentais, contribuindo para a formulação de políticas mais inclusivas e representativas. O segundo seria o uso para controlar, fiscalizar e acompanhar implementação de políticas públicas e a gestão dos recursos disponibilizados para o parque. Em terceiro, a participação de diferentes pessoas pode ampliar a diversidade de áreas, assegurando que múltiplas perspectivas sejam consideradas nas discussões e decisões. Por fim, a participação ativa na tomada de decisões podem ajudar em planos e até o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas, já que será fácil identificar as prioridades e sugerir ações que atendam às necessidades da população (BRASIL, 2018).

Para a estrutura deste conselho, entende-se a necessidade da participação do IEF, do Circuito Turístico Serra do Cabral, movimentos sociais presentes dos dois municípios principais (Buenópolis e Joaquim Felício), atores relevantes na tomada de decisão e também, o setor privado. Se possível, contar com a participação de um representante dos outros municípios em que Serra está localizada (Augusto de Lima, Buenópolis, Joaquim Felício, Francisco Dumont, Lassance e Várzea da Palma).

Para organizar as demandas, indica-se a realização de reuniões periódicas. No começo do conselho, existe a necessidade de encontros mais frequentes. Após todos os ajustes, as reuniões podem se tornar mensais, bimestrais ou conforme a necessidade para a discussão das pautas.

Um exemplo de conselho é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA. Ele foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política

Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. O Conselho é composto por cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e entidades ambientalistas (CONAMA). As reuniões são públicas e abertas a toda a sociedade.

7. Conclusão

O Parque Estadual Serra do Cabral é um tesouro ambiental que abriga espécies raras e endêmicas, contribuindo significativamente para a biodiversidade regional. As atividades humanas, como o uso do fogo, a coleta de flora nativa e a caça, continuam a ameaçar a integridade do parque. A falta de comunicação e envolvimento das comunidades locais na gestão e decisão sobre o parque, revela um déficit na chamada governança participativa³². Os relatos da comunidade indicaram, que desde o princípio, as suas necessidades e perspectivas não foram devidamente consideradas. O resultado é um ambiente onde os pequenos produtores são prejudicados e grandes fazendeiros aproveitam a situação para explorar os recursos naturais de maneira insustentável.

A gestão e o desenvolvimento do Parque Estadual Serra do Cabral revelam a complexidade e as oportunidades inerentes ao turismo sustentável. A conservação de espécies ameaçadas e a preservação de ecossistemas únicos como a Serra do Cabral, são importantes para a biodiversidade e o equilíbrio ambiental da região. Além de ser um espaço de alta relevância ecológica, o parque também desempenha um papel crucial na dinâmica política, econômica e social das comunidades locais (IEF, 2013). O desafio de equilibrar a conservação com o desenvolvimento turístico é significativo. A legislação, como a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece diretrizes para proteger essas áreas, mas a eficácia dessas políticas depende da implementação prática e do envolvimento das comunidades locais.

O envolvimento contínuo das comunidades, aliado a um planejamento estratégico e participativo, poderá transformar o Parque Estadual Serra do Cabral

³² A governança participativa é um modelo de gestão que envolve a participação ativa e a colaboração de diversos atores sociais no processo de tomada de decisões. Esse modelo se baseia nos princípios de transparência, inclusividade, responsabilidade e engajamento das partes interessadas (ONU).

em um modelo de turismo sustentável. Isso não só beneficiará a conservação ambiental, mas também fortalecerá a economia local e promoverá o desenvolvimento socioeconômico da região.

A gestão das unidades de conservação e suas zonas de amortecimento é uma tarefa complexa, que envolve a definição e implementação de normas rigorosas para proteger a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. A Lei nº 9.985/2000 e as diretrizes estabelecidas pela SEMAD são fundamentais para regular as atividades humanas nas proximidades dessas áreas sensíveis, minimizando os impactos negativos e promovendo a conservação ambiental. A análise da zona de amortecimento da área do Parque Estadual Serra do Cabral, reforça a importância de um planejamento bem fundamentado e a necessidade de contínuas pesquisas para adaptar as estratégias de conservação às realidades locais. Dessa forma, é possível assegurar que as unidades de conservação cumpram seu papel de proteger a biodiversidade, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades.

Desenvolver uma economia global sustentável é, sem dúvida, um dos maiores desafios da humanidade. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a literatura científica destacam a urgência de abordar a insustentabilidade atual, onde o consumo excessivo e a exploração não sustentável de recursos naturais estão levando o planeta a um caminho irreversível de degradação (IPCC, 2023). A sustentabilidade, como definida pelo Relatório Brundtland de 1987, busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (ONU, 1987).

A relação intrínseca entre sustentabilidade e natureza é fundamental para garantir o equilíbrio ecológico e a saúde dos ecossistemas. Para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, é crucial adotar uma abordagem multidimensional que inclua não apenas a preservação ambiental, mas também o desenvolvimento social, econômico e cultural. Políticas públicas e iniciativas privadas devem focar na proteção e recuperação dos recursos naturais, promovendo a cooperação internacional e a inovação tecnológica para criar soluções sustentáveis.

A sustentabilidade no turismo é um desafio crucial que necessita de uma abordagem equilibrada e bem gerida para evitar danos ambientais e sociais aos territórios turísticos. Estudos indicam que a má gestão do turismo pode levar à degradação dos ecossistemas, poluição e esgotamento dos recursos naturais (Rejowski, 2012). Rejowski (2012) e Ruschmann (1997) destacam a importância de implementar estratégias e práticas que promovam um desenvolvimento turístico sustentável. Entre essas estratégias estão o planejamento integrado, a avaliação da capacidade de carga, a educação e sensibilização dos envolvidos e a distribuição justa dos benefícios econômicos do turismo. Essas diretrizes são essenciais para garantir que o turismo alavanque sem comprometer os recursos naturais e culturais dos destinos turísticos.

A falta de comunicação e colaboração entre a gestão do turismo e a comunidade local, como observado no caso do PESC, ilustra como essa desconexão pode levar a problemas como queimadas ilegais, caça e depredação dos espaços naturais. Portanto, é fundamental que as políticas de turismo sustentável incluam a participação ativa das comunidades locais e a consideração de suas necessidades e expectativas.

A implementação bem-sucedida de um projeto de desenvolvimento sustentável, como o do Parque Estadual Serra do Cabral, depende de uma articulação eficaz e da participação ativa de todos os envolvidos. Como destacado por Loiola (1999), uma gestão participativa e integrada, que valorize os recursos existentes, é essencial para alcançar resultados positivos. A proposta de estabelecer um Conselho da Sociedade Civil para o Parque, apresenta-se como uma estratégia promissora. Esse modelo proporciona uma participação democrática, permitindo que os cidadãos e as organizações da sociedade civil tenham voz nas decisões governamentais, contribuindo para políticas mais inclusivas e representativas. Além disso, o conselho servirá como um mecanismo de controle e fiscalização da implementação de políticas públicas, garantindo a gestão eficaz dos recursos disponíveis.

8. Referências

- ABREU, Gustavo Mattos; GUIRARDI, Bruna Duque; LOPES, Lucas Sergio de Sousa; TAVARES JÚNIOR, Ivaldo da Silva; DE SOUZA, Jianne Rafaela Mazzini; LAMBRECHT, Fernanda Raquel; GOMES, Gabriel Soares Lopes. **Levantamento fitossociológico de floresta estacional semidecidual na microbacia do Córrego Fundo, Aquidauana, MS. Mato Grosso do Sul**: Científica Digital, 2022.
- ÁVILA, Gabriel Carvalho de. **Mosaico de áreas protegidas do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Turismo e Sustentabilidade**. Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 126p, 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Conselhos de Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Brasília: Secretaria de Gestão, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/governanca/pt-br/conselhos-de-politicas-publicas/conceitos-e-praticas>. Acesso em: 29 de mai. de 2024
- Capítulo I das Disposições Preliminares**. Disponíveis em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.
- Capítulo II do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço.** 2006, Anais. Buenos Aires: CLACSO/Universidade de São Paulo, 2006. Acesso em: 09 ago. 2023.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em ciências sociais. 2. ed. Atlas. São Paulo, 1989.

DIAS, Ondemar; CHEUCHE, Lilia; CARVALHO, Eliana. **A arte rupestre no Vale do São Francisco.** 1. ed. São Paulo: IAB Editora, [s.d.]. Período de estudo: 1970 a 1976.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Atlas Brasil (2023).

IEF. **Encarte I - Diagnóstico do Parque Estadual da Serra do Cabral.** p. 31, 2013.

Disponível em:

http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2017/Parques/Serra_Cabral/Plano_Manejo/Encartel_Diagnostico.pdf.

IGAM. **Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo os usos preponderantes.** Disponível em:

https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Enquadramento_SF5.pdf.

LOIOLA, Elizabeth. **Panorama econômico da APA Litoral Norte.** Salvador, 1999.

Ministério do Meio Ambiente. **O que são as Unidades de Conservação?.** Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserv%C3%A7%C3%A3o.html>.

MTUR. **Roteiros do Brasil: ação municipal para a Regionalização do Turismo.** Programa de Regionalização do Turismo, 2007.

- NATUREZA EM FOCO: **Avaliação Ecológica Rápida**. Revista Natureza em Foco, 2000. Disponível em:
https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidadedeconservacao/roteirosmetodologicos/copy_of_naturezaemfoco.pdf.
- PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002. Tradução de Enrico Corvisieri.
- RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.
- REJOWSKI, Mirian. **Turismo e sustentabilidade: uma análise crítica das diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-22, 2012.
- RICKLEFS, R. E., & MILLER, G. L. **Princípios de Ecologia** (4. ed.). W. H. Freeman, 1999.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas** (2. ed.). São Paulo, 2000.
- RODRIGUES, Adyr. **Turismo e Ambiente. Reflexões e Propostas**. (2. ed.) Editora Hucitec. São Paulo, 2000.
- RUNTE, A. **National Parks: The American Experience**. University of Nebraska Press, 1997.
- RUSCHMANN, Doris. Turismo - **Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, 1997.
- SANTOS, Milton. **A Redescoberta da Natureza**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, 12p. (aula inaugural da FFLCH/USP, proferida em 13/03/1992).
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In Revista Território Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>.

SCHIAVETTI, Alexandre. **Campos do Jordão State Park.** In: HENRY, Roger; SENNA, Pedro Augusto Carvalho. XXVI SIL Congress. São Paulo: Mid-Congress Excursions, 1995. p. 35-36.

SEMAD. **Normas Gerais para a Zona de Amortecimento.** Disponível em: <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/reunoes/uploads/-xXA5QnvFNEv6mu1vAz1L0twuxzbdpiF.pdf>.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City.** 2. ed. Nova York: Routledge, 2019.

SMITH, T. M., SMITH, R. L., & GARMENDÍA SALVADOR, A. **Ecologia** (6. ed.). ADDISON WESLEY, 2008.

UNESCO. (2003). **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage.** Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/convention/>.

UNESCO. **A Convenção do Património Mundial.** Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/convention/>.

WHITE LAW, P. A.; KING, B. E. M.; TOLKACH, D. **Protected areas, conservation and tourism - financing the sustainable dream.** Journal of Sustainable Tourism, v. 22, n. 4, p. 584–603, 2014.